

RELATÓRIO | 2019 & CONTAS | 2019

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019



Modernizar Para Melhor Servir



SISSMO
Sistema de Informação de
Segurança Social de Moçambique



RELATÓRIO | 2019

& CONTAS | 2019

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019

INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

Modernizar Para Melhor Servir



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL



COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO I-PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2019

Ao
Conselho de Administração
Do Instituto Nacional
De Segurança Social

Local



Gonçalves Zitha
Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto no nº 3 do Artigo 13 do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o nº 3 do Artigo 115 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

Da análise à referida conta verificaram-se melhorias nos procedimentos durante o exercício de 2019, tendo sido concluída a Implantação do projecto SISSMO - Pagamentos, responsável pela gestão do processamento e pagamento de pensões em todas as delegações provinciais.

Foi concluído o Estudo Actuarial do sistema contributivo de segurança social no País como resultado dessa avaliação, verificou-se que as reservas do sistema, constituídas até 31 de Dezembro de 2019, nos termos do Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, são suficientes para fazer face aos compromissos projectados para o mesmo período.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração notou que há uma preocupação em assegurar que os investimentos efectuados garantam o devido retorno a instituição de acordo com o legislado.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração INSS é de parecer favorável à publicação da Conta Anual do INSS do exercício de 2019 com as seguintes recomendações:

1. Assegurar que todos edifícios e Projectos já iniciados tenham o seu desfecho o mais breve possível;
2. Implementar as recomendações do Auditor Externo.

Maputo, 07 de Julho de 2020
Maria Rosel Salomão Pedro
Presidente da Comissão de Controlo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO II-DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSS SOBRE A

CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2019

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste contexto, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 193ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 09 de Julho de 2020, apreciou os pareceres da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social relativa ao exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2019 e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral.

O Conselho de Administração do INSS constatou que o relatório do Auditor Externo da Conta Anual de 2019, que constitui parte integrante da mesma, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras apresentadas e desempenho financeiro do exercício findo e notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2019, produziu importantes recomendações à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista ao aprimoramento da gestão.

Observou ainda que o Auditor Externo apresenta algumas reservas na sua opinião, mas reconhece a existência de um trabalho em curso para a resolução das mesmas.

Assim, o Conselho de Administração deliberou aprovar a Conta Anual de 2019 do Instituto Nacional de Segurança Social e orientar a sua publicação.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimular a Direcção Geral no processo da dinamização das ações em curso relativas à informatização global do Sistema de Segurança Social e outras actividades relevantes com vista a melhoria da sua gestão.

Maputo, 07 de Julho de 2020
Gonçalves Zitha
Substituto do Presidente do Conselho de Administração



RELATÓRIO | 2019

& CONTAS | 2019

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019

INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

III. Responsabilidade da Direcção Geral pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e correcta apresentação das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração de resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das práticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com os princípios e práticas adoptadas pelo Instituto.

A responsabilidade da Direcção inclui o desenho, implementação e manutenção de políticas de controlo interno relevantes, que permitam a preparação e correcta apresentação de demonstrações financeiras que não possuam erros materiais relacionados com fraude ou erro de selecção e aplicação de práticas contabilísticas apropriadas, e elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A Direcção efectuou a avaliação da capacidade do Instituto continuar a operar com a devida observância do princípio de continuidade e não tem qualquer razão para acreditar que os negócios possam ser de alguma forma interrompidos no decorrer do próximo exercício económico.

IV - Relatório Técnico da Conta Anual

4.1. Enquadramento Económico

4.1.1 Economia Global

De 2018 até os finais de 2019, a economia mundial cresceu ao ritmo mais fraco como resultado do aumento de incertezas e perda de dinamismo da economia mundial, designadamente: i) a desaceleração do comércio internacional, em parte associada a conflitos comerciais e tecnológicos, entre Estados Unidos e China; ii) questões políticas, com destaque para a perspectiva de saída (Brexit) do Reino Unido da União Europeia (UE); e iii) questões económicas, associadas ao crescimento nos Estados Unidos e ao risco de uma recessão na Europa, especialmente na Alemanha e na Itália.

Com o aumento da incerteza os bancos centrais reagiram de forma agressiva ao enfraquecimento da actividade, tendo a Reserva Federal (Fed) dos Estados Unidos, o Banco Central Europeu (BCE) e os bancos centrais de importantes economias de mercados emergentes adotado medidas de política monetária consubstanciadas na redução das taxas de juro, com vista a evitar uma desaceleração mais grave.

No geral, o crescimento do volume do comércio no primeiro semestre de 2019 caiu para 1%, o nível mais fraco desde 2012. E dada a contínua desaceleração da economia as projecções de crescimento global foram revistas em baixa para 1,7% (em comparação a 2,3% em 2018) e a manutenção desse nível em 2020. O crescimento das economias em desenvolvimento e de mercados emergentes também foi corrígido em baixo, para 3,9% (em comparação com 4,5% em 2018), devido, em parte, às incertezas do comércio internacional, políticas internas e à desaceleração estrutural na China.

4.1.2 Economia Regional

Na África Subsariana a situação foi diferente, o ritmo de crescimento económico acelerou passando de 3,0% em 2018 para 3,31%. De acordo com a actualização do World Economic Outlook (Perspetivas Económicas Mundiais), esta região africana regista, ainda assim, um crescimento acima da média mundial (3,2%) e só abaixo da China e da Índia, com crescimentos entre os 6 e os 7%.

O crescimento na África subsaariana explica-se pelo forte crescimento nos países sem recursos intensivos, que parcialmente compensam o desempenho sem brilho das maiores economias da região", escrevem os peritos do FMI, salientando que os preços mais altos, apesar de voláteis, do petróleo, "sustentam a perspetiva de evolução para Angola, Nigéria e outros países exportadores de petróleo".

4.1.3 Economia Nacional

Em Moçambique, o ano de 2019, foi marcado pelos diversos acontecimentos, com destaque para os inesperados ciclones tropicais Idai e Kenneth no centro e norte do país, a instabilidade militar na região norte, o surgimento de focos de violência no centro, a realização de eleições no país e o crescimento da Dívida Pública, com forte impacto nas despesas públicas e contribuindo para o enfraquecimento da economia em cerca de 2,28%, abaixo da média dos 3,7% registado entre 2016 e 2018, isto é, crescimento mais baixo verificado desde 2000, quando Moçambique sofreu cheias devastadoras no sul do país.

Face a esses acontecimentos, e num contexto de insuficiência de fundos, o governo teve que adoptar medidas de políticas que influenciaram o comportamento dos principais indicadores macroeconómico e financeiro do país, mormente a emissão de obrigações de tesouro a taxas juro mais atrativas a curto prazo.

Por outro lado, o nível das taxas directoras do mercado financeiro, nomeadamente, as taxas Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 2019 observaram uma tendência decrescente, tendo saído de 14% e 22% em 2018 para 9,75% e 15,75% em 2019, respectivamente.

Este cenário influenciou negativamente nos rendimentos do INSS resultantes de investimento, tendo em conta que cerca de 77% da sua carteira de investimentos concentra-se em activos cuja taxa de retorno está indexada à taxa de FPC e consequentemente a redução de juros dos Depósitos a Prazo em 27,92%, que constituem a maior fonte das receitas financeiras.

No mercado cambial, no fecho de 2019, o Metical manteve-se estável em relação às principais moedas de transações internacionais em Moçambique, tendo o Dólar sido transacionado a 61,47 MT, o Euro negociado a 68,89 MT e o Rand cotado a 4,37 MT. Este comportamento é justificado pela maior disponibilidade de divisas na economia, resultante, por um lado, pela venda de activos da Anadarko à Total nos projectos da Bacia da Rovuma, o que permitiu ao Estado moçambicano encaixar mais-valias nas contas públicas e fortalecer as reservas internacionais, e por outro lado, diminuição do preço médio do petróleo no mercado internacional que atenuou as pressões do lado da procura de moeda externa.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2019, a Bolsa de Valores de Moçambique, para além das obrigações que tem transacionado, admitiu duas empresas. Nesta esteira, o INSS realizou investimento, na base do princípio de liquidez, da rendibilidade e de segurança, em uma destas sociedades, no caso, a hidroelétrica de Cahora Bassa.

Neste sentido, sendo o INSS um agente económico relevante no mercado e vulnerável a alterações inesperadas da economia afetaram o nível de empregabilidade, o desempenho económico da instituição também foi negativamente afectado em termos demográficos e financeiros, conforme espelha-se nos capítulos seguintes.

4.2. Situação Geral da Segurança Social Obrigatoria do INSS

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam:

(1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obrigatorio (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador;

(2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS);

(3) a abertura e/ou criação de novas direcções e representações distritais com vista a garantir a expansão dos serviços do INSS que constitui um dos pilares do quinquénio;

(4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei; e

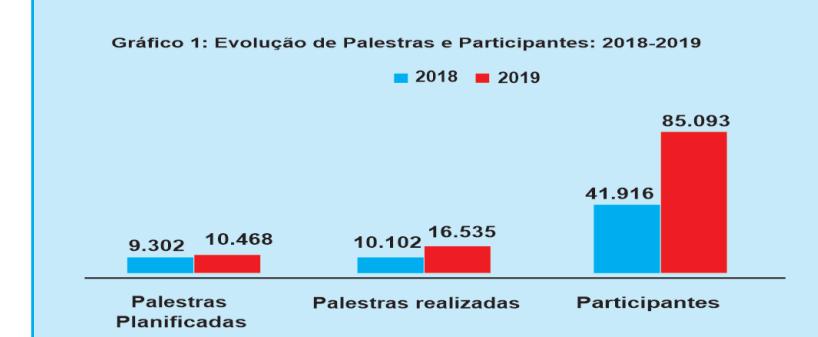
(5) a realização de prova anual de vida.

4.2.1 Inscrições

As inscrições são dinamizadas pelas palestras, sendo que para o período em análise foram realizadas 16.535 palestras nos locais de trabalho com a participação de 85.093 trabalhadores, representando um grau de realização na ordem de 158% em relação a meta planificada de 10.468 palestras.

O impacto positivo das palestras nos contribuintes e beneficiários traduziu-se no aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários relativamente aos seus deveres e direitos, no âmbito do sistema de segurança social, o que, de certa forma, estará relacionado com o aumento de contribuintes activos e com a inscrição de novos contribuintes e beneficiários.

Comparativamente ao ano anterior, em que foram realizadas 10.102 palestras com a participação de 41.916 trabalhadores, verifica-se um aumento do número de palestras e de participantes em 63,7% e 103%, respectivamente, conforme ilustra o gráfico abaixo.



4.2.1.1 Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

No período em análise, foram inscritos 12.831 contribuintes e 105.577 beneficiários, o que representa um subcumprimento do planificado (13.655 contribuintes e 180.877 beneficiários), correspondentes a 93,97% e 58,4%, respectivamente.

Embora tenha sido registado um subcumprimento das metas acima, verificou-se um aumento do nível de consciência dos contribuintes e beneficiários através da sensibilização tendo em conta os resultados positivos obtidos na inscrição de novos contribuintes e beneficiários e dos respetivos activos, por um lado, e, por outro, o aumento da utilização da plataforma do SISSMO no seio dos contribuintes e beneficiários, revela o nível de adesão ao sistema.

No cômputo geral, o desempenho observado foi positivo (acima de 55%) na inscrição de contribuintes, em todas as delegações provinciais, fruto, em parte, da colocação de técnicos na Autoridade Tributária para captar as unidades empregadoras que solicitam o início das actividades; encontros periódicos com parceiros sociais para solicitar colaboração no processo de inscrição de contribuintes.

Relativamente aos beneficiários, o desempenho global foi de 58,4%, onde se destacaram as delegações de Gaza e Inhambane que superaram as metas e Niassa e Zambézia que se aproximaram na sua execução às metas planificadas.

No que diz respeito aos beneficiários, nas delegações acima referidas, são apontadas como principais razões do incumprimento abaixo de 50%, a inscrição de micro e pequenas empresas que empregam um número reduzido de trabalhadores, a admissão por parte das empresas de trabalhadores já inscritos no sistema (tratando-se deste modo de mobilidade e não novas inscrições), a desaceleração da economia a nível das Províncias e com a conclusão dos projectos de implantação das empresas mineradoras e pela situação política social que a província de Cabo Delgado, em particular, vive.

Comparativamente ao período homólogo, em que tinham sido inscritos 12.467 contribuintes e 96.832 beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de 2,9% e 9,0%, respectivamente.

Em termos de avaliação do desempenho, tendo em conta o previsto no Plano Quinquenal do Governo (2015-2019), temos inscritos até Dezembro de 2019, 56.439 e 487.279 contribuintes e beneficiários por conta de outrem, dos 57.335 e 688.166 previstos até 2019, o que significa uma realização em 98,4% e 70,8%, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema regista 118.024 contribuintes e 1.552.159 beneficiários, dos quais estão no activo 45.692 contribuintes e 440.882 beneficiários. Estes dados significam que 38,7% de contribuintes e 28,4% de beneficiários do Sistema de Segurança Social Obrigatoria tiveram as suas contribuições regularizadas, de acordo com os gráficos 2 e 3 abaixo.

Gráfico 2: Evolução de Contribuintes 2018-2019



Gráfico 3: Evolução de Beneficiários 2018-2019

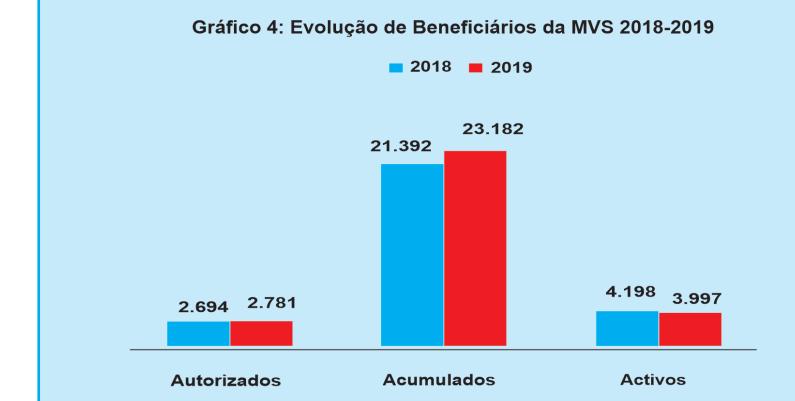


4.2.1.2 Manutenção Voluntária no Sistema (MVS)

A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade cada vez mais comum na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatoria (SSO), através da MVS.

Deste modo, no período em análise, foram autorizados à MVS 2.781 beneficiários, contra os 1.638 planificados, representando uma realização na ordem de 169,8%. Em acumulado, regista-se um total de 23.182 beneficiários autorizados, dos quais estão no activo 3.997, o equivalente a 17,2% do total dos acumulados.

Relativamente ao período homólogo, em que haviam sido adicionados 2.694 beneficiários, passando a totalizar 4.198 activos, verifica-se um crescimento de autorizados e decréscimo dos activos na ordem de 3,2% e 2,4%, respectivamente, conforme gráfico 4, que se segue.



4.2.1.3 Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego, passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante o período em análise, foram inscritos 13.875 trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de 217,4%, pois estava prevista a inscrição no sistema de 6.383 novos trabalhadores por conta própria, conforme o gráfico 5 abaixo.



RELATÓRIO | 2019

& CONTAS

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019

INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

Modernizar Para Melhor Servir

condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria assertiva sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas acções no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reforma legal que permitam adequar a actividade do INSS as boas práticas internacionais, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatoria.

Durante o exercício de 2019, foi concluída a Implantação do projecto SISSMO - Pagamentos, responsável pela gestão do processamento e pagamento de pensões em todas as delegações provinciais e serviços centrais, através da implantação dos seguintes módulos: (Concessão de Benefícios; Migração de Pagamentos; Prova Anual de Vida; Pagamento de Prestações; Revisão de prestações; M-Contribuição e Outros pagamentos). Contudo, gostaríamos de destacar algumas ações:

- a) Decreto nº 13/2019, de 27 de Fevereiro - Aprova o Regulamento de Articulação de Sistemas de Segurança Social Obrigatoria dos Trabalhadores por Conta de Outrem e por Conta Própria, dos Funcionários do Estado e dos Trabalhadores do Banco de Moçambique.
- b) Atento à necessidade de adequar o Plano de Contas do INSS (aprovado em 1990) às melhores práticas de Relato Financeiro actualmente em vigor, foi elaborado um novo Plano de Contas, que se encontra na fase final de procedimentos administrativos para a respectiva implementação.
- c) Está em processo o interface entre o sistema administrativo e financeiro e SISSMO para permitir a contabilização das transações de contribuições e prestação do sistema de segurança social com pouca intervenção humana, o que concorre para a mitigação de erros e omissões, estando o software na fase de testes.

4.2.6 Medidas de Contenção

As despesas de administração correspondentes ao funcionamento dos serviços administrativos e financeiros do INSS e as despesas de acção sanitária e social, em conjunto, não devem ultrapassar 19% das receitas previstas no orçamento, à luz do artigo 111 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro.

O INSS tem estado a desencadear um conjunto de acções, concertadas, no sentido de conferir maior eficiência e eficácia ao processo de execução das despesas, sendo que para o exercício económico de 2019, foi observado o rácio de 15,73% contra os 18,86% projectados, como resultado da implementação das medidas de contenção das despesas, o que resultou numa poupança de 3,13%. Relativamente ao exercício anterior, em que este rácio foi de 16,03%, revela-se uma melhoria em 30 pontos percentuais.

4.3 Eventos Subsequentes no âmbito da Covid-19

No exercício de 2020, o Mundo vive um problema de saúde caracterizado por uma doença contagiosa chamada COVID-19, causada pelo Coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo Pandemia, pelo facto de a doença ser altamente infecciosa, ameaçando muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro. Ciente de que Moçambique já regista casos confirmados, o Governo anunciou uma série de medidas para que as pessoas e as instituições públicas e privadas possam mitigar o risco da infecção e propagação deste vírus. Neste contexto, o INSS desenvolveu um plano de contingência, conforme se descreve:

- a) Suspensão temporária da realização da prova anual de vida aos pensionistas do INSS;
- b) Perdão de multas e redução de juros de mora para as empresas devedoras;
- c) Oferta de máscaras de protecção de boca e nariz ao sector informal;
- d) Apoio ao MISAU em Kits de protecção individual aos médicos envolvidos no processo de COVID-19;
- e) Observar estreitamente as medidas de prevenção e de infecção pelo COVID-19 anunciadas pelo Governo a nível da instituição.

Relatório do Auditor Independente



Ernst & Young Limited
Av. Presidente Obadias Muanga, N° 179
Calle Postal 366.
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: mzu@mz.ey.com
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

À Direcção Geral do
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social (o Instituto), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores, relativos ao ano fino naquela data, bem como as notícias às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção "Bases para a opinião com reserva" abaixo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano fino naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 30 de Outubro de 1990.

Bases para a Opinião com reserva

A rubrica de Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo, engloba o montante de 2.565.615.057 Metálicos relativo a Imobilizações em curso, dos quais 2.231.912.751 Metálicos são referentes a Obras em edifícios e outras construções em curso. A análise efectuada ao Inventário de Obras em curso, revelou que existem obras, cujo valor ascende a 1.375.348.112 Metálicos, para as quais foram efectuados pagamentos na quase totalidade dos valores contratados, sem que as obras estivessem concluídas, sendo que nesse valor se inclui uma obra no montante de 1.330.131.058 Metálicos, que se encontra parada à mais de 4 anos para a qual existe um processo de disputa com o Empreiteiro. Adicionalmente, identificámos o montante de 704.709.654 Metálicos relativo a vários projectos de arquitectura e engenharia, com antiguidade significativa, para os quais as respectivas obras de construção não foram ainda adjudicadas. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de nos pronunciar em que extensão o valor das Obras em curso reconhecido pelo Instituto é, ou não, realizable em referência a 31 de Dezembro de 2019.



Building a better
working world

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Instituto de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Na Nota 4.4 das Notas explicativas às Demonstrações financeiras, são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pela Direcção Geral para o Instituto Nacional de Segurança Social, com base na informação disponível à data. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras Matérias

As Demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Segurança Social, relativas ao ano fino em 31 de Dezembro de 2018, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião com reservas e ênfases sobre essas demonstrações financeiras em 3 de Junho de 2019.

Responsabilidade da Direcção Geral e do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido à fraude ou erro.



Building a better
working world

Quando preparam demonstrações financeiras, a Direcção Geral é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Direcção Geral tenha a intenção de liquidar Instituto ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Instituto.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Direcção Geral.



Building a better
working world

Concluímos sobre a apropriação do uso, pela Direcção Geral, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos à Direcção Geral, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declarámos à Direcção Geral que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicámos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos à Direcção Geral, determinámos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.
Sociedade de Auditores Certificados
Representado por:

Eduardo Jorge-Crelo de Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)
Maputo, 29 de Junho de 2020

RELATÓRIO | 2019

& CONTAS | 2019

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019

INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

VI - Demonstrações Financeiras

VI.i. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2019			
Notas	Valores em Metálicos		
	2019	2018	
Activos			
Caixa	7.2	30.759	312.962
Bancos	7.2	25.389.318.850	22.639.416.054
Contribuições e Adicionais a depositar	7.2	0	-
Contribuintes	7.3	2.598.856.790	3.329.753.546
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações	7.4	225.381.005	227.695.108
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários	7.5	0	94.986.982
Devedores p/ Prestações a repor ou a reembolsar	7.6	0	2.041
Outros Devedores	7.7	520.103.877	395.873.667
Existências	7.8	432.890	-
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	7.9	8.226.903.881	8.443.580.075
Imobilizações Financeiras	7.10	11.412.850.026	6.708.235.599
Despesas Antecipadas	7.11	23.771.499	12.693.530
Passivo			
Despesas c/ População Activa - Prestações a pagar	7.12	49.204.593	111.761.763
Despesas com Pensões - Prestações a pagar	7.13	94.933.335	30.718.963
Despesas p/ Subsídio p/ Morte - Prestações a pagar	7.14	50.345.790	29.267.265
Despesas com Acção Sanitária e Social	7.15	2.020.928	2.406.785
Prestações em Prescrição	7.16	44.031.552	46.496.413
Sector Público Estatal	7.17	33.361.782	64.205.312
Fornecedores	7.18	10.903.969	9.612.362
Empréstimos Obtidos	7.19	71.649.015	-
Adjudicatários Com Cauções	7.20	1.706.620	2.152.140
Outros Credores	7.21	71.705.763	42.361.629
INSS - Contribuições e Adicionais	7.22	2.598.856.562	3.329.912.136
Receitas Antecipadas	7.23	212.351	160.159
Situação Líquida			
Reservas	7.25	828.751.334	610.001.138
Reserva do Ramo de Doença		1.368.794.509	1.185.555.144
Reserva do Ramo de Morte		10.049.084.486	8.650.862.539
Reserva do Ramo de Pensões		16.421.842.068	10.438.617.827
RESERVAS DE CAPITAL			
Para Edifícios e Outras Construções		43.027.629	43.027.629
Para Equipamento Industrial		- 67.676	- 67.676
Para Material de Transporte		530.923	530.923
De Excedente de Revalorização		1.640.765.716	1.640.765.716
Resultados Transitados		1.684.256.592	1.684.256.593
Resultados Líquidos de Exercício		7.830.765.649	7.783.435.749
Total do Passivo e da Situação Líquida		3.028.935.260	3.669.054.926
Total do Passivo			
		828.751.334	610.001.138
		1.368.794.509	1.185.555.144
		10.049.084.486	8.650.862.539
		16.421.842.068	10.438.617.827
		28.668.472.397	20.885.036.648

VI.ii. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019			
Notas	Valores em Metálicos		
	2019	2018	
PROVEITOS			
Contribuições do regime	7.26	10.964.691.670	10.016.395.122
Outras receitas	7.27	3.262.434.637	4.107.314.229
14.227.126.307	14.123.709.351		
CUSTOS			
Prestações do Regime	7.28	4.940.440.992	4.031.018.328
Despesas Administrativas	7.29	2.323.943.112	2.032.086.689
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.30	490.032.550	548.754.018
Provisões do Exercício	7.31	39.114.936	2.652.540
7.793.531.590	6.614.511.575		
Resultados correntes do Exercício		6.433.594.717	7.509.197.776
Resultados Extraord. Exercício (Líquidos)	7.32	649.743.134	66.559.849
Resultados Imputáveis a Exerc. Anter (Líquidos)	7.33	101.881.828	255.008.022
Resultados Líquidos do Exercício	7.34	7.185.219.679	7.830.765.649

VI.iii. Mapa de Fluxos de Caixa

Mapa de Fluxos de Caixa – Exercício de 2019		2019	2018
Fluxo de caixa de actividades operacionais			
Resultado Líquido		7.185.219.679	7.830.765.649
Variação do activo			
Diminuição/aumento de contas a receber			
Contribuintes		730.896.756	-2.009.797.794
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações		2.314.103	286.925.542
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários		94.986.982	-95.455
Devedores p/ Prestações a repor ou a reembolsar		2.041	-
Outros Devedores		-124.230.210	-321.181
Diminuição/aumento de existências			
Diminuição/aumento de outros activos correntes e Despesas Antecipadas		-432.890	-
Aumento/diminuição do Passivo			
Aumento/diminuição de contas a pagar		-62.557.170	21.424.845
Despesas c/ População Activa - Prestações a pagar		64.214.372	7.217.093
Despesas com Pensões		21.078.524	17.802.353
Despesas c/ Subsídio p/Morte - Prestações a pagar		-385.857	1.784.923
Despesas com Acção Sanitária e Social		-2.464.861	2.965.324
Prestações em Prescrição		33.361.782	64.205.312
Sector Público Estatal		10.903.969	9.612.362
Fornecedores		1.706.620	2.152.140
Empréstimos Obtidos		71.649.015	71.649.015
Outros Credores		71.705.763	29.344.134
Contrib. e Adicionais a Receber		2.598.856.562	3.329.912.136
Receitas Antecipadas		212.351	160.159
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		3.028.722.910	3.668.894.768
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais			
		53.601.070.549	46.708.942.542
Fluxo de caixa de actividades de investimento			
Imobilizações Financeiras		-4.704.614.427	-1.034.686.847
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo		216.676.194	199.564.537
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento		-4.487.938.233	-835.122.310
Fluxo de caixa de actividades de financiamento			
Adjudicatários com Cauções		-445.520	-
Fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento		-445.520	-
Fluxo de caixa total das operações, investimento e financiamento			
		2.749.620.592	7.187.337.165
Variação da caixa e seus equivalentes			
		2.749.620.592	7.187.337.165
Variação da caixa e seus equivalentes no início do período		22.639.279.016	15.452.391.851
Variação da caixa e seus equivalentes no final do período		25.389.349.609	22.639.729.016

VI. iv. Mapa de Mutação de Valores

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO (N) 2019	EXERCÍCIO (N-1) 2018	VARIACOES PARA +	VARIACOES PARA -
ACTIVO				
GRUPO I				
DISPONIBILIDADES				
Caixa	30.759	312.962	-	282.203
Depósitos à ordem	7.599.670.540	7.478.575.943	121.094.598	-
Depósitos com Aviso Previo	20.218.661.100	17.663.343.759	2.555.317.341	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
Contribuições e Adicionais a Depositar	27.818.362.399	25.142.232.664	2.676.411.939	282.203
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				
Contribuintes	2.598.859.562	3.329.756.318	-	730.896.756
Devedores p/Rendime. Amort.	225.381.005	227.695.108	-	2.314.103
Deved p/Prest.Pagar a Beneficiários	-</			

RELATÓRIO & CONTAS | 2019

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019



Modernizar Para Melhor Servir

Imobilizado	Valores em Meticais					
	2019	Novas Aquisições	Abates/AR directa	Reclassificações /ajustamentos	Transf.	2018
Costos						
Terrenos e recursos Naturais	386.139	190.950	-	-	-	195.189
Edifícios e outras construções	5.998.381.519	9.850.000	-	-	869.259.322	5.119.272.197
Material de Transporte	504.556.602	51.045.784	-	-	75.026.632	378.284.186
Equip. Admin. e Mob. Diverso	505.289.689	21.765.389	-	-	10.555.310	472.968.990
Outros Bens Imobilizados	40.814.239	3.487.931	-	-	-	37.326.308
Software - SISSMO	95.271.411	70.000.000	142.478.171	-	-	167.749.582
Estudos e consultórios	13.085.965	3.984.677	50.883.445	-	-	54.984.731
Costos Plurianuais	18.387.312	24.116.805	12.636.645	-	-	7.107.152
Imobilizações em Curso	2.565.615.057	324.270.370	-	-182.498.674	-983.495.989	3.407.339.259
Total Bruto	9.741.879.933	513.711.966	205.998.261	(-)182.498.674	-954.841.264	9.645.527.594

Amortizações Acumuladas	2019	Amortizações do Exercício	Abates/ AR directa	Reclassificações /ajustamentos	2018	
					2019	2018
Edifícios e outras construções	787.148.805	120.169.611	-	-29.202.244	637.776.950	285.837.139
Material de Transporte	386.007.755	100.170.616	-	-	258.241.851	19.791.579
Equip. Admin. e Mobiliário Diverso	31.871.089	60.429.238	-	-	-	-
Outros Bens Imobilizados	23.056.403	3.264.824	-	-	-	-
Amortização directa (403.8.405)	-	-205.998.261	-	-	-	-
Total de Amortizações	1.514.884.052	284.034.289	205.998.261	29.202.244	1.201.647.519	490.032.550
Total líquido	8.226.903.881				8.443.580.075	

7.10 Imobilizações Financeiras

A rubrica de Imobilizações Financeiras para o presente exercício económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de 11.412.850.326MT (2018: 6.708.235.599MT), tendo-se registado 748.843.485MT como perdas por imparidades acumuladas de exercícios anteriores e 1.021.358.891MT em potenciais ganhos do presente exercício. A sua composição está conforme a tabela que se segue:

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	Valores em Meticais			
	Valor Reavaliado 2019	Valor a custo histórico 2019	Valor Reavaliado 2018	Valor a custo histórico 2018
BIM - Banco Internacional de Moçambique	1.846.568.592	222.780.900	1.661.519.723	222.780.900
Obrigações e Bilhetes do Tesouro	6.300.863.800	6.300.863.800	4.111.573.238	4.111.573.238
Ex - Nossa Banco	452.983.947	452.983.947	445.442.105	452.983.947
MCS - Moçambique Companhia de Seguros	7.068.689	7.068.690	7.068.689	7.068.690
CDM - Cervejas de Moçambique	562.433.550	396.930.578	181.623.966	175.482.748
C. M. Hidrocarbonetos	529.412.400	66.176.550	549.742.238	66.176.550
Epsilon	188.743.360	182.256	188.925.616	182.256
Banco Único	74.888.612	66.747.000	77.106.982	66.747.000
Ceta	366.212.000	366.212.000	366.212.000	366.212.000
HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa	1.987.018.558	1.295.881.668	-	-
Sub-Total	12.316.193.508	9.175.827.389	7.589.214.557	5.470.207.329
Provisão p/ Imobilizações Financeiras	-903.343.482	-	-880.978.958	-
Total Líquido	11.412.850.026	9.166.644.189	6.708.235.599	5.470.207.329

7.11 Despesas Antecipadas

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de 23.771.499MT (2018: 12.693.530MT), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte.

7.12 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 49.204.593MT representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior (2018: 111.761.763MT) reduziu em 62.557.170MT.

7.13 Despesas com Pensões - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 94.933.335MT, representa o valor das pensões processadas e não reclamadas pelos legítimos beneficiários antes da entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior (2018: 30.718.963MT) aumentou em 64.214.372MT.

7.14 Despesas com Subsídio por Morte - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 50.345.790MT, representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior (2018: 29.267.266MT) a conta aumentou em 21.078.524MT.

7.15 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de 2.020.928MT (2018: 2.406.785MT), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, diminuiu em 385.857MT.

7.16 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de 44.031.552MT (2018: 46.496.413MT), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos, conforme o nº 2 do art.30, da Lei 4/2007 de Fevereiro). Relativamente ao ano anterior, diminuiu em 2.464.861MT.

7.17 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a 33.361.782MT (2018: 64.205.312MT), o que comparativamente a 2018 representa uma redução de 30.843.530MT.

7.18 Fornecedores

O saldo desta conta, no valor de 10.903.969MT (2018: 9.612.362MT), representa os encargos assumidos e não liquidados no exercício, referentes a fornecimentos por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2018 representa um aumento de 1.291.607MT.

7.19 Empréstimos Obtidos

Os Empréstimos obtidos, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2019 ascende 71.649.015MT, representam locações financeiras para equipamento de transporte, obtidas junto da Banca Comercial à taxa de juro Prime Rate do Sistema Financeiro publicado pelo Banco de Moçambique, deduzido de um spread de -2% (menos dois por cento), com datas inicio de 12 de Abril, 24 de Maio, 1 de Julho, 12 de Novembro e 30 de Dezembro respectivamente. Com duração de 24 meses.

7.20 Adjudicatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de 1.706.620MT (2018: 2.152.140MT), representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos, o que comparativamente a 2018 representa uma diminuição de 445.520MT.

7.21 Outros Credores

O saldo desta conta, no montante de 71.705.763MT (2018: 42.361.629MT), representa os movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer uma das contas precedentes desta classe.

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo:

Outros Credores	Valores em Meticais	
	2019	2018
Fundo dos Funcionários do INSS	2.209.899	1.646.606
Contribuições a Restituir	1.597.365	2.120.073
Credores Diversos	67.898.499	38.594.951
Total	71.705.763	42.361.629

7.22 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de 2.598.859.562MT (2018: 3.329.912.136MT), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas folhas de remunerações. Comparativamente ao exercício anterior diminuiu em 731.052.574MT.

7.23 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a 212.351MT (2018: 160.159MT) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.

7.24 Provisões

O saldo de Provisões, que à data de 31 de Dezembro de 2019 ascendia a 3.688.536.919MT, encontra-se a deduzir as rubricas de balanço pelo montante de 2.772MT respeitante a contribuições de cobrança duvidosa, 334.135.028MT no que respeita a créditos de cobrança duvidosa, 2.429.012.790MT no que respeita a depósitos à ordem, 22.042.847MT respeitante a perdas de existências e 903.343.482MT no que respeita a imobilizações financeiras.

7.25 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações e Reservas Gerais do Sistema, respectivamente